

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.690 - AL (2019/0355761-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
SUSCITANTE : JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DOS PALMARES - AL
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE UNIÃO DOS PALMARES - AL
INTERES. : MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : KÁTIA FELINA DE OLIVEIRA FERREIRA - AL005797
INTERES. : MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES
ADVOGADO : AISLAN DIEGO FERREIRA DE OLIVEIRA - AL012919

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de conflito negativo de competência, suscitado pelo **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DOS PALMARES - AL** em face do **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE UNIÃO DOS PALMARES - AL**, em ação de cobrança movida por **MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA** em desfavor do **MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES**, objetivando o recebimento de verbas trabalhistas.

Dispensada a remessa ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 951, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

É o relatório. Decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Outrossim, acentuo que o Conflito comporta conhecimento, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, consoante o disposto no art. 105, I, *d*, da Magna Carta.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 3.395/DF, interpretando o inciso I do art. 114 da Constituição da República, alterado pela EC 45/2004, ao apreciar a expressão “relação de trabalho”, afastou qualquer interpretação que atribuísse à Justiça do Trabalho competência para apreciar causas envolvendo a Administração Pública e seus

Superior Tribunal de Justiça

servidores, vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

Em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a 1ª Seção desta Corte tem acolhido o entendimento segundo o qual “a competência para processar e julgar os litígios instaurados entre os agentes públicos e os entes estatais a que servem depende da natureza jurídica do vínculo entre as partes, cabendo à justiça trabalhista o exame das relações fundadas na CLT e à justiça comum, federal ou estadual, aquelas sujeitas a regime estatutário ou jurídico-administrativo” (CC 129.447/RN, 1ª S., Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 30.09.2015).

No caso em exame, depreende-se dos autos que a foi contrata pelo Município de União dos Palmares sob o regime celetista e sem concurso público, antes do advento da Constituição da República, tendo o ente municipal, passando a adotar o Regime Estatutário para seus Servidores Públicos, cuja validade é objeto de controvérsia.

Em caso semelhante ao ora examinado, o Supremo Tribunal Federal, julgando o ARE 906.491/DF, sob o regime de repercussão geral, reconheceu competir à Justiça do Trabalho o julgamento de demandas buscando prestações de natureza trabalhista, em que o servidor ingressa no serviço público sob o regime celetista, antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, e, não obstante a edição de lei local alterando o regime para o estatutário, não é submetido a concurso público.

O acórdão paradigma foi resumido na seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO ADMITIDO SEM CONCURSO PÚBLICO, PELO REGIME DA CLT, ANTES DO ADVENTO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. DEMANDA VISANDO OBTER PRESTAÇÕES DECORRENTES DA RELAÇÃO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

1. Em regime de repercussão geral, fica reafirmada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando a obter prestações de natureza trabalhista, ajuizadas contra órgãos da Administração Pública por servidores que ingressaram em seus quadros, sem concurso público, antes do advento da CF/88, sob regime da Consolidação das Leis do

Superior Tribunal de Justiça

Trabalho - CLT. Inaplicabilidade, em casos tais, dos precedentes formados na ADI 3.395-MC (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJ de 10/11/2006) e no RE 573.202 (Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 5/12/2008, Tema 43).

2. Agravo a que se conhece para negar seguimento ao recurso extraordinário"

(STF, ARE 906.491/DF, Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, PLENÁRIO, DJe de 01/10/2015).

Tal orientação vem sendo adotada por este Superior Tribunal de Justiça, como espelham o seguinte precedente:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR. INGRESSO ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88. REENQUADRAMENTO. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME DO CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO POR MEIO DE LEI LOCAL. NÃO SUBMISSÃO A CONCURSO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. O Excelso Pretório, no julgamento do RE com Agravo 906.491/DF, sob o regime da repercussão geral, firmou entendimento segundo o qual compete à Justiça do Trabalho o julgamento de demandas em que o servidor ingressa no serviço público, antes da entrada em vigor da CF/88, pelo regime celetista e, não obstante a edição de lei local alterando o regime para o estatutário, não é submetido a concurso público.

2. Agravo interno a que se nega provimento"

(STJ, AgInt no CC 151.034/MT, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 30/08/2017).

Isto posto, nos termos do art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **conheço do conflito e declaro competente o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DOS PALMARES - AL.**

Comunique-se, com urgência, ao Juízo Suscitante e ao Juízo Suscitado.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

